

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

\*\*\* 2ª TURMA \*\*\*

(2002.72.01.004858-6) SESSÃO: 12/06/2007 AMS-SC 200272010048586

RELATOR: Exmo. Sr. Des. Federal ANTONIO ALBINO RAMOS DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA SESSÃO : Exmo. Sr. Des. Federal ANTONIO ALBINO RAMO DE OLIVEIRA

PROCURADOR DA REPÚBLICA: Exmo(a). Sr(a). DR. FÁBIO BENTO ALVES

AUTUAÇÃO

APTE : INCASA S/A

APDO : UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

ADVOGADOS

ADV : Eros Santos Carrilho e outros

ADV : Simone Anacleto Lopes

CERTIDÃO

Certifico que, por determinação do Des. Federal-Presidente da 2ª TURMA, este processo foi incluído na pauta do dia 12.06.2007, publicado DJU ou disponibilizado no DE de 05.06.2007, da qual foi intimado(a) por mandado arquivado nesta secretaria, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, UNIÃO FEDERAL, a FAZENDA NACIONAL e as demais PROCURADORIAS FEDERAIS. Certifico, ainda, que a Egrégia 2ª TURMA ao apreciar os autos processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu seguinte decisão:

A TURMA, POR UNANIMIDADE, DECIDIU NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.

RELATOR DO ACÓRDÃO : Des. Federal ANTONIO ALBINO RAMOS DE OLIVEIRA

VOTANTE (s): Des. Federal ANTONIO ALBINO RAMOS DE OLIVEIRA

Des. Federal OTÁVIO ROBERTO PAMPLONA

Juiz Federal LEANDRO PAULSEN

Secretário(a)



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.72.01.004858-6/SC**

**RELATOR** : Des. Federal ANTONIO ALBINO RAMOS DE OLIVEIRA  
**APELANTE** : INCASA S/A  
**ADVOGADO** : Eros Santos Carrilho e outros  
**APELADO** : UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)  
**ADVOGADO** : Simone Anacleto Lopes

**RELATÓRIO**

Incasa S/A impetrou mandado de segurança, em 04/12/2002, contra ato do Delegado da Receita Federal em Joinville, visando o reconhecimento do direito de excluir da base de cálculo da CSSL as receitas oriundas das operações de exportação efetuadas a partir da Emenda Constitucional nº 33/2001. Requereu a compensação dos valores indevidamente recolhidos.

A autoridade coatora prestou informações, requerendo a denegação da segurança.

Sobreveio sentença que denegou a segurança.

Apelou a parte autora, requerendo a total procedência do pedido.

Com contra-razões, vieram os autos a esta Corte.

É o relatório.

**Des. Federal ANTÔNIO ALBINO RAMOS DE OLIVEIRA**  
**Relator**





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.72.01.004858-6/SC**

**RELATOR** : Des. Federal ANTONIO ALBINO RAMOS DE OLIVEIRA  
**APELANTE** : INCASA S/A  
**ADVOGADO** : Eros Santos Carrilho e outros  
**APELADO** : UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)  
**ADVOGADO** : Simone Anacleto Lopes

**VOTO**

Cuida-se de apelação em mandado de segurança em que se discute a incidência da CSLL sobre as receitas de exportação, face à imunidade inserida no art. 149, § 2º, I, da CF/88, com a redação dada pela EC nº 33/01.

No caso da CSLL, a base de incidência da contribuição em questão é o lucro líquido, ou seja, o ganho líquido da empresa ao final de um determinado exercício social.

Ora, a EC 33, ao dar nova redação ao art. 149 da Constituição, excluiu da base de incidência das contribuições sociais as receitas decorrentes de exportação. 'Lucro líquido' não se confunde com 'receita', que se aproxima de faturamento, ou seja, produto de todas as vendas e serviços.

Argumenta-se, em síntese, que o lucro é constituído pelas receitas, delas deduzidas as despesas, de modo que a contribuição social que gravar o lucro estará, necessariamente, gravando a receita. Alega-se que, em se tratando de imunidade, a interpretação deve ser teleológica e ampliativa, de tal forma que sejam atingidos os fins buscados pelo legislador constitucional quando instituiu a desoneração.

Não me parece razoável tal tese. A norma constitucional imunizou as receitas de exportação, e não os lucros que delas possam ter advindo. O fato de os lucros serem constituídos por parte das receitas não importa em se confundirem os respectivos conceitos. O lucro, que é fato gerador do imposto de renda e da contribuição social questionada, corresponde à mais valia que se acresce ao patrimônio do contribuinte. A receita, por sua vez, abrange a totalidade dos valores que ingressam no giro da empresa, independentemente de representarem riqueza nova.





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Receita, faturamento e lucro não são conceitos matemáticos, e sim conceitos jurídicos. Juridicamente, receita e lucro não são a mesma coisa e quando o legislador exclui a tributação da receita, não está excluindo a tributação do lucro. O que se afirma da receita, não se afirma, necessariamente, do lucro. A própria Constituição, aliás, já estabelece essa diferença, ao prever, em seu art. 195, I, letras b e c, contribuições sobre a receita ou o faturamento e, concomitantemente, contribuições sobre o lucro.

Por outro lado, há razão, e relevante, para que faturamento, receita e lucro sejam tratados como entes jurídico-tributários diversos. É que a tributação da receita é muito mais onerosa e socialmente injusta que a tributação do lucro. A tributação da receita automaticamente se agrega ao custo dos produtos e os encarece, sendo repassada ao consumidor. Exatamente esse fenômeno é que se pretende evitar, desonerando de tributos as receitas de exportação. Não é o que acontece com a tributação do lucro, que atinge apenas os ganhos reais da empresa, apurados dentro de espaços largos de tempo, o que impede seu repasse aos preços, ou, pelo menos, em muito o dificulta.

Assim, a hermenêutica axiológica não leva águas para a tese da impetrante. O atingimento do fim colimado pelo legislador, ao desonerar de tributos as receitas de exportação, não impõe que também se desonem, na mesma medida, os lucros.

Isto posto, nego provimento à apelação.

É o voto.

**Des. Federal ANTÔNIO ALBINO RAMOS DE OLIVEIRA**  
**Relator**





Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

**APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2002.72.01.004858-6/SC**

**RELATOR** : Des. Federal ANTONIO ALBINO RAMOS DE OLIVEIRA  
**APELANTE** : INCASA S/A  
**ADVOGADO** : Eros Santos Carrilho e outros  
**APELADO** : UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)  
**ADVOGADO** : Simone Anacleto Lopes

**EMENTA**

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO - RECEITAS ORIUNDAS DAS OPERAÇÕES DE EXPORTAÇÕES - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 33/2001.

O contribuinte não tem direito de excluir da base de cálculo da CSSL as receitas oriundas das operações de exportação efetuadas a partir da Emenda Constitucional nº 33/2001, pois sua base de cálculo é o lucro líquido, que não se confunde com a receita.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 12 de junho de 2007.

**Des. Federal ANTÔNIO ALBINO RAMOS DE OLIVEIRA**  
Relator

